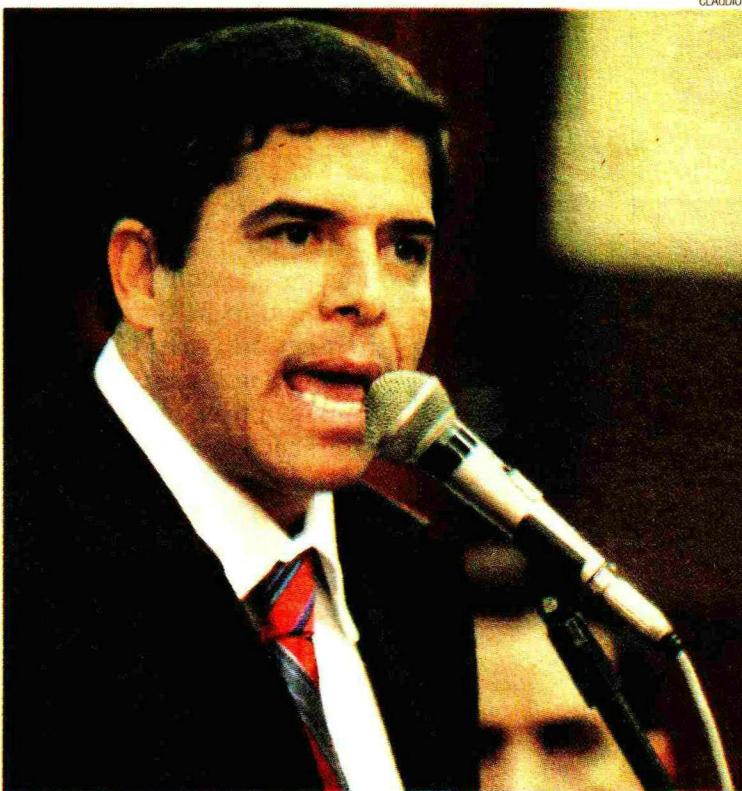


Mais mudanças no PDOT

Governo do DF decide enviar nova proposta para os deputados distritais

RODRIGO MAGALHÃES

OPark Way fará parte da mesma região administrativa dos lagos Sul e Norte. A infra-estrutura dos três endereços será integrada. Casas construídas em Áreas de Proteção de Mananciais (APMs), como a de Vicente Pires, serão removidas. Tais mudanças estarão presentes na nova versão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que o GDF pretende apresentar nos próximos dias. Para modificar novamente o Plano, o governo alega que pretende incluir sugestões feitas pelos brasilienses - como a mudança no Park Way - em uma audiência pública promovida em junho do ano passado. A proposta enviada anteriormente também apresenta falhas técnicas como



Patrício diz que plano não atende demandas da população

erros gramaticais e problemas nos mapas.

Em novembro do ano passado, o plano havia sido entregue à Câmara Legislativa para ser discutido e votado pelos deputados. O primeiro passo seria uma audiência aberta à população, que estava marcada para amanhã. Mas, na últi-

ma terça-feira, os distritais souberam que técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) se debruçavam novamente sobre o PDOT. Sem ter acesso ao teor das modificações, os deputados decidiram adiar a audiência até que o novo plano chegue à Casa.

O Plano Diretor determina a destinação de todo o espaço físico do Distrito Federal. Diz o quê deve ser construído em cada área e para qual finalidade. Sejam casas, empresas, parques ou estradas. A versão atual foi aprovada em 1997. A nova, de acordo com previsões oficiais do GDF, deve ser votada ainda no primeiro semestre deste ano.

Críticas

A oposição já havia preparado um relatório técnico com críticas ao projeto do governo, mas vai esperar as alterações. A principal bandeira de deputados petistas é a destinação de mais lotes para as famílias de baixa renda. Projetos previstos no plano, como a construção do Setor Noroeste, são direcionados apenas à classe média. "Não é que o PT seja contra o PDOT, é que ele não atende às demandas da população", argumenta o deputado Cabo Patrício, líder do partido.

Há discussões ainda em torno da figura do "urbanizador social". Reproduzindo experiências feitas em Porto

Alegre (RS), o governo pretende firmar contratos com entidades que seriam responsáveis não só pela construção de casas e edifícios. Elas seriam obrigadas a apresentar ainda um projeto urbanístico prevendo a construção de escolas, hospitais e de toda a infra-estrutura do local. De acordo com a oposição, não foram definidos critérios para regulamentar esse tipo de parceria. "O urbanizador social é a oficialização do grileiro", afirma Patrício. Outro ponto polêmico é a chamada Área de Adensamento Habitacional do Gama que, segundo os opositores, nada mais é que o Setor Habitacional do Catetinho. A construção do Catetinho está impedida por motivos judiciais.

A Seduma se defende das críticas e afirma que a área de adensamento se refere a espaços vazios dentro do Gama, que seriam preenchidos por novas construções. Quanto ao urbanizador social, a entidade afirma que as obrigações dos contratados seriam definidas nos contratos com o GDF.